



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 97, DE 2016

(Do Sr. Carlos Zarattini)

Propõe que sejam avaliados potenciais danos ao erário decorrentes do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras para o período de 2017 a 2021 e respectivo plano de desinvestimento, além de possíveis danos ao erário causados pelas vendas de ativos em 2015 e 2016.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente:

Com base no artigo 100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61, do Regimento Interno, proponho a V. Exª que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam adotadas as medidas necessárias para realizar atos de fiscalização e controle relativos ao Plano de Negócios e Gestão – PNG 2017-2021 da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e respectivo plano de desinvestimento, além das vendas de ativos em 2016.

Os atos de fiscalização e controle ora propostos devem responder questões relativas ao PNG 2017-2021 e respectivo plano de desinvestimento, além das vendas de ativos referente ao ano de 2016, conforme descrito a seguir.

1 – Plano de Negócios e Gestão 2017-2021

1.1 – A definição do PNG 2017-2021

- O PNG 2017-2021 da Petrobras foi elaborado a partir de uma política pública estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética?
- Na elaboração desse plano, foi considerado o papel estratégico da Petrobras para o desenvolvimento nacional?
- Foi mantida a visão de que a Petrobras deve ser uma empresa verticalizada de acordo com o lema “Do poço ao posto”?

1.2 – Redução dos investimentos e da alavancagem

- A paralização de obras como o Comperj, com execução física de 82%, não causa danos ao erário?
- O PNG 2017-2021 indica uma maior dependência de derivados e de fertilizantes importados?
- Uma maior rolagem da dívida, de modo a reduzir a venda de ativos, não traria ganhos ao erário?
- A venda de ativos estratégicos como a NTS e a BR Distribuidora não indica a desintegração e a redução do papel estratégico da Petrobras?
- A drástica redução da alavancagem de 5,3 para 2,5, de 2015 a 2018, é econômica, financeira e tecnicamente justificável?

1.3 – Política de preços de combustíveis

- Em um mercado monopolizado, pode a Petrobras ter liberdade para estabelecer seus preços, principalmente em uma atividade de utilidade pública como definido na Lei nº 9.847/1999?
- Existe alguma política de regulação de preços dos derivados no País?
- Essa política de regulação de preços poderia atrair investimentos de outras empresas em refino?

1.4 – Foco na exploração e produção e no Pré-Sal

- O foco no Pré-Sal, onde se concentram os investimentos da Petrobras, vai trazer ganhos ao erário?

- A Petrobras caminha para ser grande exportadora de petróleo e grande importadora de derivados, com aprofundamento do quadro atual?
- O PNG 2017-2021 indica a criação, no futuro, de uma espécie de “Petrobras do Pré-Sal”?
- Se essa futura empresa for privatizada, com transferência das grandes jazidas do Pré-Sal e das instalações para outras empresas, haverá danos ao erário?

2 – Planos de desinvestimento

2.1 – Gasodutos da Região Sudeste

- Os gasodutos da Região Sudeste são importantes para manter o papel estratégico da Petrobras na área de transporte de gás natural?
- Esses gasodutos são operacional e financeiramente importantes para a própria Petrobras e estratégicos para o País?
- Com a venda da NTS, corre-se o risco de se sair de um monopólio estatal para um monopólio privado no transporte de gás natural na Região Sudeste?
- Se o Estado brasileiro, a partir da aplicação de uma ínfima parte de suas reservas internacionais, comprasse total ou parcialmente a NTS, em vez de um consórcio com a participação de fundos soberanos da China e Singapura, não haveria maior ganho para o erário?
- Os gasodutos da Região Sudeste apresentam maior rentabilidade que os títulos do tesouro dos Estados Unidos, principais ativos onde estão aplicadas as reservas internacionais do Brasil?

2.2 – BR Distribuidora

- A BR Distribuidora tem um papel estratégico no Sistema Petrobras e no País?
- A perda do controle do capital votante da BR Distribuidora é compatível com a verticalização da Petrobras que sempre adotou o lema “Do poço ao posto”?
- A venda da BR Distribuidora não causaria danos ao erário?

2.3 – Carcará

- A Statoil terá custos de produção inferiores aos da Petrobras, líder mundial em operação em águas profundas e com grande infraestrutura na Bacia de Santos, onde já perfurou mais de 200 poços no horizonte geológico do Pré-Sal?
- Se a Statoil tiver maior custo de produção que a Petrobras, isso representará danos ao erário, em razão do menor pagamento de participação especial e do menor excedente em óleo da União?
- A venda de Carcará para a Statoil pode reduzir as receitas destinadas às áreas de educação pública e saúde?

Todos esses questionamentos deverão ser respondidos a partir dos atos de fiscalização e controle ora sugeridos. No entanto, os questionamentos anteriormente descritos, item a item, não devem limitar a abrangência da proposição ora apresentada. Outros questionamentos relativos ao PNG 2017-2021 e ao respectivo plano de desinvestimento, assim como qualquer questão relativa à venda

de ativos a partir de 2016, podem ser incluídos no escopo da fiscalização e controle ora proposta.

JUSTIFICAÇÃO

O abastecimento nacional de combustível é uma atividade de utilidade pública, conforme estabelece a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999. O PNG 2017-2021 prevê uma geração operacional de caixa, após dividendos, de US\$ 158 bilhões. Essa geração decorre principalmente da venda de derivados ao mercado interno.

Dessa forma, todos os brasileiros, direta ou indiretamente, serão os responsáveis pelos US\$ 158 bilhões que deverão entrar no caixa da Petrobras de 2017 a 2021. Assim, é fundamental que esses recursos sejam aplicados em benefício da sociedade, pois trata-se de uma empresa estatal e estratégica para o desenvolvimento nacional, pois, na prática, detém o monopólio do refino, dos dutos e dos terminais.

Durante a divulgação do PNG 2017-2021, o atual Presidente da Petrobras, Sr. Pedro Parente, foi enfático quanto à necessidade de reduzir a “alavancagem” da empresa. Dessa ênfase do plano, decorrem o aumento das amortizações, a redução dos investimentos e o plano de desinvestimento.

Em relação ao plano anterior, houve uma redução na previsão de investimentos de 25%. A Petrobras manteve seu foco na área de exploração e produção – E&P. Do investimento total de US\$ 74,1 bilhões, US\$ 60,6 bilhões serão destinados à área de E&P.

O PNG 2017-2021 tem como foco o desenvolvimento da produção de áreas da província do Pré-Sal. Têm destaque no PNG 2017-2021 as áreas da cessão onerosa. Das 16 unidades de produção a serem instaladas no Pré-Sal, 10 serão instaladas em áreas da cessão onerosa. Essas áreas foram objeto do Contrato de Cessão Onerosa, assinado em 2010, e de autorização do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, em 2014, para contratação direta da Petrobras. Apenas 3 unidades terão foco no Pós-Sal da Bacia de Campos.

Não estão previstos investimentos de refino no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, cuja execução física já atingiu 82%; no segundo trem de refino da Abreu e Lima (Refinaria do Nordeste – RNEST); e nas novas plantas de fertilizantes.

Estão previstas vendas de ativos de US\$ 19,5 bilhões em 2017 e 2018. Para os anos de 2015 e 2016, as vendas de ativos previstas foram de US\$ 15,1 bilhões. É importante ressaltar que o PNG 2017-2021 não detalha as vendas. Algumas vendas, já divulgadas pela Petrobras referentes ao PNG 2017-2021 e planos anteriores, merecem destaque e são descritas a seguir.

No dia 8 de setembro de 2016, a Petrobras, por meio de Fato Relevante, informou que concluiu as negociações com o consórcio liderado pela empresa Brookfield para a venda de sua subsidiária integral Nova Transportadora do Sudeste – NTS. Segundo divulgado na imprensa, participariam desse consórcio

fundos soberanos da China e de Singapura. A NTS é proprietária e operadora dos gasodutos de transporte da Região Sudeste.

Por meio de Fato Relevante, a Petrobras informou, em 22 de julho de 2016, que seu Conselho de Administração aprovou alteração do modelo de alienação de participação em sua subsidiária Petrobras Distribuidora – BR Distribuidora. O novo processo buscará parceiros com os quais a Petrobras compartilhará o controle da distribuidora, mas a participação da estatal no capital votante será de 49%.

A Petrobras, por meio de Fato Relevante, informou em 29 de julho de 2016, que seu Conselho de Administração aprovou a venda da participação no bloco exploratório BM-S-8, de 66%, para a Statoil Brasil Óleo e Gás LTDA. A Petrobras, por meio de Comunicado de 28 de setembro de 2015, informou que a perfuração do terceiro poço na área de Carcará confirmou a descoberta de petróleo leve nos reservatórios do Pré-Sal. Esse poço comprovou a descoberta de petróleo de boa qualidade, em reservatórios carbonáticos com excelentes características.

A Statoil, em Comunicado do dia 29 de julho de 2016, informou que Carcará apresenta volumes recuperáveis de 700 milhões a 1,3 bilhão de barris e que ela está bem posicionada para ser a futura operadora após a unitização da jazida, uma vez ela se estende por área da União. Dessa forma, os volumes recuperáveis do futuro campo de Carcará podem ser muito superiores a esses informados pela Statoil.

O novo plano da Petrobras não se mostra “estratégico para o Brasil”. Ele indica o fim do principal projeto nacional, criado em 1953, por iniciativa do então Presidente Getúlio Vargas, que contou com o apoio de amplos segmentos sociais e políticos.

Diante do exposto, é fundamental que esta Comissão aprove a proposta de fiscalização e controle ora apresentada. Para que se possa ter melhor visão sobre o futuro da Petrobras, maior e mais estratégica empresa do País.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2016.

Deputado CARLOS ZARATTINI
PT/SP

FIM DO DOCUMENTO
